

§2º.....

§ 3º - O Poder Executivo envidará esforços no sentido da construção de um sistema de ensino superior público no estado e, respeitada a autonomia universitária, da adoção de tratamento isonômico nas instituições que o constituírem.

Proposta 3:

Artigo 5º - Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2017, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 11% (onze por cento) do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no caput deste artigo serão adicionados 11% (onze por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

§2º.....

§ 3º - O Poder Executivo envidará esforços no sentido da construção de um sistema de ensino superior público no estado e, respeitada a autonomia universitária, da adoção de tratamento isonômico nas instituições que o constituírem.

I.5. Em relação aos recursos destinados ao Centro Paula Souza

Artigo Y - O valor do orçamento do Centro Tecnológico Paula Souza será fixado na proposta orçamentária do Estado para 2017, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitarem, no mínimo, o percentual global de 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota Parte do Estado, no mês de referência.

Parágrafo único - À arrecadação prevista no caput deste artigo serão adicionados 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

II. Sobre Teto Salarial nos Serviços Públicos Estadual e Municipal

Esta é uma questão grave, que afeta parcela importante dos servidores públicos, justamente aquela na qual o Estado mais investiu na sua formação. Está claro que o subsídio do governador, montante que sequer é salário ou está associado a uma carreira no serviço público é inadequado para permanecer como referência de teto salarial no Estado de São Paulo.

Em conjunto com várias entidades dos servidores públicos estaduais e municipais, estamos propondo que, a exemplo do realizado, com diferentes matizes, em 17 estados brasileiros, a Alesp aprove mudança na Constituição Estadual para que o teto salarial passe a ser 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal, isto é, o de um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme previsto na Emenda Constitucional 47/2005.

A emenda proposta visa a evitar que servidores com responsabilidades análogas ou até iguais tenham tratamento desigual. Todos os servidores públicos do Estado de São Paulo serão tratados com isonomia, sejam eles professores universitários, oficiais da Polícia Militar, delegados, fiscais, fazendários, médicos, advogados, dentre outros, incluindo os aposentados de todas as categorias dos servidores públicos do Estado de São Paulo. O texto para a emenda constitucional reivindicada é o seguinte:

Art115....

XII. Para efeito do disposto no inciso XI e no § 12 do art. 37 da Constituição da República, fica fixado como limite da remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, no Estado de São Paulo e municípios, abrangendo os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, o subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos deputados estaduais e vereadores.’

São Paulo, 4 de maio de 2016 - Coordenação do Fórum das Seis”

”Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulista Ofício nº 07/2016 - Cruesp São Paulo, 10 de maio de 2016 Excelentíssimo Senhor,

A partir de 1995 o orçamento anual das Universidades Estaduais Paulistas corresponde a 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado, conforme definido no Artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentarias. No entanto, os ganhos orçamentários advindos dos efeitos econômicos positivos do Plano Real sobre a arrecadação do ICMS têm se mostrado insuficientes, frente ao expressivo crescimento apresentado pelas três Universidades públicas paulistas após a fixação da alíquota de 9,57%.

Com o aval do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, foi realizada uma forte expansão do Ensino Superior a partir de 2001. Além da criação de novos cursos, buscou-se ampliar a abrangência do ensino público paulista dentro do Estado, com a implantação de novos campi, destacando-se o caráter inovador de parcela expressiva dos cursos implantados em áreas não tradicionais, num esforço para responder aos novos desafios apresentados pelo mercado de trabalho. A Unesp estabeleceu sete novos campi nas cidades de Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Sorocaba, Tupã e Rosana. Na USP, surgiram o novo Campus da USP-Leste, o Campus II de São Carlos e a incorporação da Faenquil (Faculdade de Engenharia Química de Lorena). A Unicamp implantou o novo Campus de Limeira.

Excelentíssimo Senhor Deputado Mauro Bragato Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp

c/c Deputado Carlos Neder

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo

A ampliação de vagas/cursos na dimensão realizada representou um impacto adicional expressivo nas despesas de custeio e de pessoal.

Considerando que os gastos adicionais permanentes advindos da expansão do ensino superior não estão previstos na atual alíquota das Universidades sobre o ICMS, e que a criação do novo Campus da Unicamp na cidade de Limeira e a incorporação da Faenquil pela USP estavam vinculados ao compromisso do Governo Estadual de repasse adicional de recursos mediante o aumento da quota-parte dessas Universidades em, respectivamente, 0,05% (Unicamp) e 0,07% (USP), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar as providências necessárias no sentido de que os recursos correspondentes ao percentual de 0,3370% sobre o ICMS-QPE sejam: 1) suplementados, em caráter emergencial, ao orçamento-2016 das Universidades; 2) adicionados em caráter permanente aos 9,57% sobre o ICMS, mediante correção do Artigo 5º da propositura de LDO-2017; e 3) que o Artigo 5º da propositura de LDO-2017 onde se lê "da arrecadação do Imposto", passe a vigorar a redação: "do total do produto da arrecadação do Imposto".

Ainda no que se refere aos recursos destinados às três Universidades Estaduais Paulistas cabe destacar, nobre deputado que, em desacordo com o que estabelece o Artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, são deduzidos indevidamente da base de cálculo do repasse às Universidades de 9,57% sobre o ICMS-QPE os valores correspondentes aos Programas Habitacionais do Governo Estadual, fato que, em 2015 provocou redução de R\$ 123,39 milhões no orçamento das Universidades. Diante do exposto, solicitamos a cessação permanente desses descontos e o repasse dos valores correspondentes a partir do corrente mês.

Por último, Nobre Deputado, mas não menos importante, torna-se necessário direcionar nossos esforços no sentido de incentivar a atratividade, a permanência e a dedicação exclusiva às Universidades da parcela dos servidores em que o Estado mais investiu na formação. Neste aspecto, julgamos necessário e importante, e para tanto solicitamos sua valiosa colaboração, no sentido de que seja implementada uma proposta de alteração do texto do Artigo 115, inciso XII da Constituição Estadual em vigor, visando modificar o teto salarial no poder executivo estadual e municipal para 90,25% do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Agradecendo antecipadamente pela atenção de Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

José Tadeu Jorge - Presidente do Cruesp”

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Esta Presidência recebe os documentos de Vossa Excelência e os encaminhará para apreciação e publicação nos termos do Art. 18, inciso V do Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, nove carros são roubados por hora só na Capital. Tivemos 27 mil carros roubados. A Polícia conseguiu recuperar 11 mil. Dezesseis mil não se sabe onde foram parar. Talvez nos desmanches, no Paraguai, na Bolívia, enfim.

Bem, o governador enviou a esta Casa projeto de lei fechando todos os desmanches.

Nós tínhamos uma CPI em vigência, presidida pelo deputado Fernando Capez, hoje presidente desta Casa. Fomos atrás dos empresários dos desmanches e conhecemos Júlio Luchetti, Israel Alexandre e recentemente a querida diretora-presidente do Detran, que chamo de “a dama de ferro” porque ela tem de ter pulso firme para cobrir esses roubos, Neiva Doretto.

Na época, procuramos o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, acompanhados das entidades desse segmento, dizendo que se fechássemos todos os desmanches do estado teríamos uma agressão ao meio ambiente porque teríamos de fabricar muito mais peças e na fabricação dessas peças iríamos consumir energia, dariamos ao meio ambiente fuligens, combustão e teríamos a elevação no preço dessas peças, já que nas autorizadas não se encontram peças de posição. Às vezes espera-se três, quatro meses ou anos, porque não se encontram as peças e elas são caríssimas. Portanto, é muito importante existir o desmonte legalizado.

Falamos ao governador e ao secretário Fernando Grella, à época, e apresentamos em plenário, com a ajuda de todos os deputados, emendas para modificação na lei, aliás, foi um parto doloroso, mas foi um projeto que redundou numa nova lei do desmanche extremamente importante.

Quero pedir ao Machado para passar o vídeo para terem ideia do que é o cemitério dos automóveis.

- É exibido o vídeo.

Sr. Presidente, quero dizer que aprovamos essa nova lei, não o projeto original do governador, mas com o esforço de todos os deputados.

O indivíduo só compra carro com peças usadas roubadas se quiser. Temos hoje um código de identificação, temos um sistema de QR Code que permite identificar, por meio do celular, a procedência dessa peça. Portanto, haverá uma legalização.

Por mais que essa lei seja boa, precisa-se da colaboração de todos para que não se comprem peças roubadas. Temos uma diminuição de mais de 20% dos roubos e assaltos a carros na cidade de São Paulo.

Parabenizo a todos os deputados. Temos alegria de dizer que temos esperança de que possamos diminuir esses roubos, que levam tanta infelicidade e até, às vezes, morte.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, acabei de chegar agora de um ato dos estudantes, dos professores e dos servidores da Universidade de São Paulo na frente da reitoria. Os membros de cada entidade queriam entregar a pauta com as reivindicações para o reitor.

Surpreendeu-me, em primeiro lugar, o fato de que o reitor não recebeu os representantes do DCE, do Sintusp - que representa os servidores - e da Adusp - que representa os professores.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Em segundo lugar, a reitoria queria determinar o número de pessoas que representariam essas entidades. Mas, mesmo assim, não recebeu esse número de pessoas. Recebeu apenas três membros, das três entidades.

Iso aconteceu na entrada da reitoria. O reitor não conversou com a comunidade acadêmica; pediu para que um chefe de gabinete, um burocrata, um tecnocrata, descesse e, de forma extremamente fria, assinasse o protocolo do recebimento da pauta, sem nenhuma reunião, sem nenhum tipo de discussão sobre as principais reivindicações da comunidade acadêmica da Universidade de São Paulo.

Tentei ainda intermediar uma reunião para que, pelo menos, o chefe de gabinete recebesse os três representantes em seu gabinete. Mas nem isso. Esse é o retrato do tratamento que a Universidade de São Paulo tem dado à comunidade acadêmica: aos professores, servidores e alunos. Além disso, mais uma vez o reitor fez uma barricada com os carros oficiais.

Fotografei novamente as chapas brancas dos carros, caminhões e diversos veículos da USP que estão obstruindo a frente da reitoria, para que não haja a assembleia democrática dos três segmentos da universidade. Um absurdo. Nunca vi uma coisa dessas em minha história de vida: um reitor fazendo barricada com carros oficiais, contra os servidores, alunos e professores. Já é a terceira assembleia de que participo e cons-

tato esse tipo de barricada. Logicamente, já acionei o Ministério Público Estadual, já enviei uma representação com as fotos das barricadas organizadas pelo reitor Zago nas outras manifestações. E agora vou anexar a essa representação as fotos da manifestação de hoje, para que o reitor seja punido. Ele está desmontando a Universidade de São Paulo, terceirizando serviços e proibindo a contratação de professores e funcionários. Com isso, podemos ter o esvaziamento da Escola de Aplicação da USP, que faz parte da Faculdade de Educação.

As creches e hospitais estão sendo desmontados. Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, que é médico, V. Exa. não vai acreditar, mas o reitor Zago proibiu as contratações no HU e incentivava a demissão voluntária, para que haja um número reduzido de funcionários. O hospital está pagando um preço caro por isso, com a redução de funcionários e do atendimento à população. Por exemplo, a pediatria não funciona mais à noite. Uma criança não pode adoecer à noite, pois não será atendida pelo Hospital Universitário, porque a pediatria, por falta de funcionários e médicos, fica fechada nesse período. Inclusive, temos uma denúncia de que uma criança faleceu recentemente por falta de atendimento no período noturno.

O reitor Zago está destruindo um patrimônio público que foi financiado com dinheiro da população. Não é um patrimônio do estado de São Paulo, mas do Brasil. Um centro de excelência de ensino, pesquisa e extensão que está sendo praticamente desmontado por essa política perversa, nefasta e fascista do reitor, que vem cometendo várias irregularidades, como crimes de responsabilidade e improbidade administrativa. São várias as denúncias contra a atual gestão. Estamos tomando providências: acionando o Ministério Público, convocando o reitor para a Comissão de Educação e Cultura. Vamos também acionar o Tribunal de Contas. Queremos o imediato afastamento do reitor. Por isso, estamos lançando o movimento “fora Zago”, tanto aqui na Assembleia Legislativa quanto na Universidade de São Paulo. Se ele continuar mais um tempo, ao final de sua gestão nós teremos apenas um rastro de destruição do maior patrimônio universitário da América Latina, praticado por esse criminoso que está precarizando a USP.

Vamos continuar cobrando aqui. Estamos acionando o Tribunal de Contas para que ele faça uma verdadeira devassa na prestação de contas da USP. Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 37 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, telespectadores da TV Alesp, acabamos de sair da instauração da CPI da máfia da merenda escolar. Fiquei perplexo mais uma vez, primeiramente por conta da formação da CPI: são nove membros, sendo que oito deputados são da base de sustentação do governo e apenas um membro é da oposição. Isso é temerário e já coloca em risco qualquer tipo de investigação.

Fiz uma intervenção durante os trabalhos falando de nossa preocupação e nossa indignação. Estamos pleiteando que haja um aumento do número de deputados da oposição, pois foi a oposição, que tanto lutou e foi a responsável pela instauração dessa CPI, juntamente com os movimentos sociais, os estudantes, os professores e as organizações sociais.

Houve uma grande pressão, uma grande movimentação da opinião pública, da sociedade e da imprensa para que a CPI fosse instaurada. No entanto, é inconcebível que apenas um membro da oposição seja membro dessa CPI. Exigimos que haja mais representação da oposição, que se mude a Constituição, a formação dessa CPI, se não ela vai estar sob suspeita até o seu final.

Logicamente vamos fiscalizar. Vamos participar dessa CPI, apresentando requerimentos com as convocações, como já fizemos hoje. Nós já verbalizamos isso na instalação da CPI. Nós vamos também participar fazendo perguntas aos depoentes, não só nós, mas teremos também a fiscalização da sociedade civil organizada. As entidades estarão presentes, os estudantes, professores, pais de alunos, a Apeoesp, as associações, a imprensa. Haverá uma marcação acirrada de cada sessão, de cada reunião, para que não haja nenhum tipo de proteção, para que não haja a famosa blindagem histórica da Assembleia Legislativa.

Nunca tivemos aqui uma CPI que investigasse de fato o governo. As três ou quatro que tivemos aqui foram todas controladas pelo governo. O relator era do governo, o presidente era do governo, e eles não investigaram para valer as graves denúncias de pagamento de propina, de superfaturamento, enfim, de corrupção envolvendo os agentes ligados ao governo estadual.

Essa CPI precisa ter uma intervenção séria da oposição, participando, sobretudo. Nós queremos votar também na CPI. Vamos participar fazendo perguntas e apresentando requerimentos com as convocações. Mas nós queremos ter direito também ao voto, Sr. Presidente.

Faço um apelo a V. Exa., ao Colégio de Líderes, para que possamos mudar e, havendo um acordo político, nada impede que possamos colocar mais três ou quatro pessoas nessa CPI. Necessariamente, ela não precisa ter apenas nove membros. Já que a base do governo está altamente contemplada, com oito membros, podemos colocar mais três ou quatro membros na CPI para que, pelo menos, haja um equilíbrio mínimo na correlação de forças dentro da CPI, se não essa CPI pode terminar numa grande pizza.

Quero manifestar essa nossa preocupação, que é também uma indignação, e fazer um apelo à Assembleia Legislativa, aos 94 deputados, para que possamos modificar a formação da CPI da máfia da merenda escolar.

Como eu disse, foi uma conquista. Primeiramente, nós que propusemos. A oposição propôs o primeiro requerimento, e ela só foi instalada por conta da ocupação dos alunos, dos estudantes das escolas estaduais, que ocuparam durante três ou quatro dias este plenário. Esse movimento de ocupação teve uma grande repercussão nacional e internacional, e a Assembleia Legislativa foi obrigada, pela pressão da opinião pública, a instalar a CPI. Lembro que tínhamos apenas 25 assinaturas e, com a ocupação, com a pressão, tivemos, no final, 91 assinaturas, o que resultou na instalação.

O fato é que são nove membros, só um da oposição. São oito membros do governo. O presidente é do PSDB, o deputado Marcos Zerbini; o vice-presidente é da base de sustentação do governo e, com certeza, o relator que será indicado deve pertencer, não tenho dúvidas, à base de sustentação.

Portanto, já é uma CPI, na sua formação, duvidosa. Por isso queremos uma alteração, Sr. Presidente. Faço aqui um apelo para que possamos fazer um novo entendimento, para que essa CPI não acabe em mais uma grande pizza no estado de São Paulo, fazendo uma blindagem do governo estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa um requerimento de urgência ao Projeto de lei Complementar nº 20/16.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Resolução nº 31/2015, de autoria do nobre deputado Marcos Martins, que institui o prêmio Inezita Barroso.

Informo ao nobre deputado Carlos Giannazi que este presidente foi o primeiro a assinar o pedido de CPI, juntamente com a oposição.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

22 DE JUNHO DE 2016

25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PR 31/15, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Mesa.

2 - MARCOS MARTINS

Para comunicação, agradece o apoio de seus pares ao PR 31/15, de sua autoria. Discorre sobre a natureza do projeto. 3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Tramitação Ordinária.

Discussão e votação - Projeto de resolução nº 31, de 2015, de autoria do deputado Marcos Martins. Institui o "Prêmio Inezita Barroso". Pareceres nºs 693 e 694, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis. Parecer nº 695, de 2016, da Mesa, favorável com emenda.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pela Mesa. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de agradecer V. Exa. e todos os deputados que ajudaram a criar o "Prêmio Inezita Barroso" para esta Casa.

É a nossa Casa que criou mais um reconhecimento da música sertaneja, a música caipira. Você que é do interior sabe o quanto isso é importante para a nossa cidade.

Parabéns, e muito obrigado, deputados.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Parabéns, nobre deputado Marcos Martins.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 03 minutos.

23 DE JUNHO DE 2016

90ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e FERNANDO CAPEZ
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião extraordinária, a realizar-se hoje, às 15 horas. Convoca